



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Departamento do Patrimônio Imaterial
Coordenação Geral de Identificação e Registro

Brasília, 12 de julho de 2010.

Parecer nº 026 /CR/DPI/Iphan

Assunto: Processo nº 01450.010779/2007-11 referente ao Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro tendo como base o município de Santa Isabel do Rio Negro/Amazonas.

À Sra. Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial encaminho o seguinte PARECER:

Trata-se de parecer técnico conclusivo sobre o pedido de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro tendo como base o município de Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas e apresentada, inicialmente, à Presidência do IPHAN, por meio de requerimento, datado de 28 de junho de 2007, pela Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro - ACIMRN. O referido requerimento foi encaminhado ao Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI, por meio de Memorando nº 415 CG, em 06 de agosto de 2007. A inclusão dos demais municípios de São Gabriel da Cachoeira e de Barcelos, localizados à montante e à jusante do Rio Negro, respectivamente, assim como a manifestação do interesse das comunidades indígenas se deu durante o processo de pesquisa, como se verá adiante.

AG.



I - ANTECEDENTES

A solicitação de Registro do Sistema Agrícola tradicional do Rio Negro/AM foi encaminhada pela Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro/ACIMRN, organização indígena não-governamental, com sede na cidade de Santa Isabel do Rio Negro, município de mesmo nome, Estado do Amazonas. Na documentação encaminhada, constam as assinaturas dos representantes de sua Diretoria Executiva, composta por distintas etnias que habitam o Rio Negro, configurando-se, assim, o interesse e a anuência das comunidades que vivenciam o bem cultural na instauração deste processo de Registro.

Em 01 de junho de 2007, os pesquisadores do projeto Pacta (Institut de Recherche pour le Développement - IRD- Unicamp/CNPq) enviaram convite ao DPI/IPHAN para participar de uma reunião promovida pela ACIMRN. Esta reunião tinha por objetivo principal a apresentação sobre a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, desenvolvida pelo IPHAN, aos representantes das instituições mencionadas. Além do DPI, representado no evento pela Gerente de Identificação, Dra. Ana Gita de Oliveira, foram convidados os pesquisadores do projeto “Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimento Tradicional” – PACTA - Dra. Laure Emperaire, Lucia Hussak van Velthem e Esther Katz - projeto este realizado no âmbito de uma cooperação científica bilateral entre o CNPq, o IRD e a UNICAMP, com a parceria, entre outras instituições, do Instituto Socioambiental - ISA.¹

Esta reunião visou ainda contribuir para uma reflexão sobre a aplicação dos instrumentos desta nova política no contexto do sistema agrícola tradicional do Rio Negro. Foi no ambiente desta reunião que a ACIMRN decidiu enviar, ao IPHAN, solicitação de reconhecimento do sistema agrícola do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil, conforme mencionado no “Relatório da Reunião com a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro – ACIMRN”, no ítem “Agenda de Trabalho”. (peça do processo)

¹ A equipe de pesquisa do projeto PACTA é composta por Dra. Laure Emperaire/IRD – etnobotânica, Dra. Lucia Hussak van Velthem – antropóloga /MCT, Dra. Esther Katz – antropóloga/IRD, Dra. Manuela Carneiro da Cunha – antropóloga/Universidade de Chicago, Carla Dias – antropóloga/ISA.

Ag.



Em resposta a essa solicitação, o DPI encaminhou o Ofício nº 0138/07 – GAB/DPI/Iphan, em 11 de setembro de 2007, aos representantes da ACIMRN, por meio do qual acusou recebimento da solicitação de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil, mencionando a necessidade de complementação da documentação enviada, como:

- 1) apresentação de anuência da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN;
- 2) fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filme;
- 3) referências documentais ou bibliográficas disponíveis;
- 4) justificativa do pedido, se o bem está ameaçado ou sofrendo algum tipo de risco.

A documentação complementar, solicitada aos proponentes por meio do Ofício nº 138/07, foi anexada ao processo de Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro, conforme Memo/Despacho nº 0197/07, de 17/10/07, da técnica da então Gerência de Registro/DPI, Dra. Silvia Guimarães.

Em 23 de outubro de 2007, o DPI comunicou à ACIMRN, por meio de Ofício nº 0179/07 – GAB/DPI/Iphan, ter aberto o processo de nº 01450.010779/2007-11, relacionado à proposta de Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Cultural. Pelo mesmo Ofício o DPI informou que o pedido encontrava-se em fase preliminar de avaliação técnica e que seria encaminhado para análise de sua pertinência à Câmara do Patrimônio Imaterial.

Em janeiro de 2008, a referida técnica encaminhou à então Gerente de Registro, Sra. Ana Claudia Lima e Alves, “Memória da Reunião realizada em 13 de novembro de 2007 sobre a instrução do Processo de Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro”. Esta reunião, realizada no DPI, em Brasília, teve por objetivo discutir os procedimentos que deveriam ser adotados na instrução do processo de Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro e iniciar debate conceitual sobre a construção deste novo objeto - sistema agrícola - enquanto bem passível de ser reconhecido como patrimônio cultural. Entre as questões levantadas, podemos mencionar as que seguem:

1 – Há uma demanda crescente por solicitações de Registro de comidas, o que revela a importância de culturas como a da mandioca, do milho, do feijão, do amendoim, entre outras, na diversidade alimentar que compõe o Brasil.

AG.

2 – O problema nessas solicitações é que a ênfase dada nos produtos em si suprime o contexto social onde um grupo vivencia a elaboração dessas comidas. Assim, são olvidadas as dimensões da produção, da rede de troca onde se compartilha conhecimento, produtos e sementes, da lida com a terra e do tempo das plantações e da colheita. Portanto, temos o desafio de elaborar o conceito de sistema agrícola onde essas comidas estão inseridas, com ênfase sobre o processo de produção.

3 – A solicitação de Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro surge como uma oportunidade de pensar, ao longo da instrução do processo, o conceito de sistema agrícola, o qual poderia ser utilizado em outras situações.

Entre os resultados da reunião podemos mencionar a delimitação da região onde se verifica esse sistema definindo-a como extensiva aos alto, médio e baixo Rio Negro, isto é, os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, respectivamente, uma vez que neste território se poderia identificar uma rede de trocas de conhecimentos, de processos rituais e de produtos específicos. A par disso, se definiu que o conceito de sistema agrícola englobaria plantas cultivadas, espaços, redes sociais, cultura material, sistemas alimentares, saberes, normas e direitos. Ainda mais que, no caso do Rio Negro, a mandioca brava deveria ser entendida como referência focal do sistema tendo, na dimensão temporal e na diversidade de plantas cultivadas, seus outros elementos organizadores.²

Importante mencionar que a pesquisa, base para o pedido de Registro do sistema agrícola do Rio Negro, teve início em setembro de 2005 para obtenção do termo de anuência prévia (autorização CGEN publicada no DOU do 4/4/2006) e foi desenvolvida a partir de abril 2006 pelo Projeto PACTA (Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais), no contexto da cooperação bilateral Brasil-França. De modo geral, esta pesquisa teve por objetivos a análise de sistemas agrícolas tradicionais tanto do ponto de vista cultural quanto biológico, além da proposição de modalidades de preservação que permitissem a participação direta das populações locais. O projeto envolveu ainda outras instituições parceiras, tais como: o Instituto Socioambiental – ISA, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Universidade Federal de Rondônia e a Universidade Federal

² A mandioca tratada no sistema agrícola do Rio Negro é aquela considerada “brava” (manihot esculenta) em razão do ácido cianídrico existente em suas folhas e raízes.



do Acre. Tinha, inicialmente, dois lugares de atuação: o Médio Rio Negro/AM (Santa Isabel do Rio Negro) e o Alto Rio Juruá/AC. A presente solicitação de Registro se refere apenas à pesquisa desenvolvida no Rio Negro. Importante mencionar ainda que, em 2008, o IRD e o IPHAN assinaram Termo de Cooperação Técnica tendo por objeto a preservação do patrimônio cultural relacionado aos sistemas agrícolas desenvolvidos por comunidades locais e, como primeiro objetivo específico, o desenvolvimento do trabalho sobre o sistema agrícola do Rio Negro.

O apoio do IPHAN a essa pesquisa se deu por meio do projeto “Documentação e Pesquisa sobre os Sistemas Agrícolas do Rio Negro – o Patrimônio Invisível”, apresentado pelo Instituto Socioambiental – ISA e aprovado no âmbito do Edital 2007 do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, gerando a assinatura de um convênio, em 31 de dezembro de 2007, para ampliar e consolidar a reflexão sobre a diversidade dos sistemas agrícolas tradicionais no Brasil. Entre as ações previstas neste projeto estava a formação de pesquisadores indígenas locais visando à ampliação do número de comunidades envolvidas no reconhecimento do sistema agrícola como patrimônio cultural do Brasil, a articulação política em escala regional envolvendo Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel, bem como a realização de oficinas (Relatório C. Dias, 2009).

Em nota técnica nº 005/08, de 15/maio/2008, elaborada para subsidiar a reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, Dra. Silvia Guimarães, da então Gerência de Registro/DPI, apontou o seguinte:

“A solicitação de Registro em questão refere-se ao reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil do Sistema Agrícola do Rio Negro, entendido como um conjunto estruturado formado por elementos interdependentes, quais sejam as plantas cultivadas, os espaços, as redes sociais, a cultural material, os sistemas alimentares, os saberes, as normas e os direitos. Esse bem cultural está ancorado no cultivo da mandioca e apresenta como base social comunidades indígenas localizadas ao longo rio Negro, em área que engloba a cidade de Barcelos até a fronteira do Brasil, isto é, na região do médio e alto rio Negro. Acontece em contexto multiétnico e multilingüístico onde os grupos indígenas encontrados compartilham formas de transmissão e circulação de saberes, práticas e produtos onde é possível identificá-lo e sendo elaborado constantemente pelas pessoas que o vivenciam”. (Nota Técnica Dra. Silvia Guimarães – 15/05/2008).

19.



Com referência à aludida reunião ocorrida em novembro de 2007, a técnica Dra. Silvia Guimarães comentou ainda:

“O objetivo principal dessa reunião era iniciar uma discussão com relação à noção de sistema agrícola, ou melhor, definir a delimitação deste bem cultural que se constitui de elementos variados e interdependentes. Além disso, devido à crescente demanda da sociedade por realizar o Registro como Patrimônio Cultural do Brasil de comidas típicas de determinadas regiões, outro ponto de pauta foi avaliar a possibilidade desses casos serem abordados por meio da noção de sistema semelhante à usada neste processo. Portanto, com o intuito de melhor definir a base social que vivencia e elabora o bem cultural e os saberes envolvidos na feitura de uma comida, discutiu-se a possibilidade de considerar não o produto em si, mas o processo para sua criação, isto é, o conjunto de saberes, práticas e outras manifestações associadas que envolve espaços manejados, as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e maneiras de se alimentar. Em suma, o complexo que vai das roças até os alimentos e os seus modos de consumo em diversos contextos sociais.” (Nota Técnica – Dra. Silvia Guimarães – 15/05/2008)).

Por meio de Ofício nº 0083/08/GAB/DPI/Iphan, de 23 de maio de 2008, a Diretora do DPI, Dra. Márcia Sant’Anna comunicou à ACIMRN que, após avaliação técnica preliminar da, à época, Gerência de Registro/DPI e posterior análise da Câmara do Patrimônio Imaterial, concluiu-se pela pertinência do pedido. A par disso, informou que os membros da referida Câmara ressaltaram a importância da noção de sistema na delimitação de um bem cultural e sugeriram modificação em seu nome para “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro”, com acréscimo, portanto, do termo **tradicional**.

No “Relatório de Viagem de Acompanhamento Técnico”, sobre reunião realizada para o período de 21 a 15 de julho de 2008, em Santa Isabel do Rio Negro, com membros da ACIMRN, a técnica Dra. Silvia Guimarães, apresentou os temas ali discutidos, como seguem:

- - a delimitação do bem cultural “Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro” e sua abrangência, o contexto social em que se insere, a percepção dos jovens locais para este conhecimento;
- - Apresentação das etapas de instrução do Processo de Registro e a construção das linhas que irão nortear o Plano de Salvaguarda, aos membros da comunidade;

AG.

- - Reunião com a Prefeita de Santa Isabel do Rio Negro para apresentação da política de Patrimônio Cultural Imaterial e informá-la sobre o pedido de Registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro encaminhado pela ACIMRN ao Iphan.

Em abril de 2009, a ACIMRN convidou a então Gerente de Identificação, Dra. Ana Gita de Oliveira, para participar de sua VI Assembléia Geral, como palestrante do tema “Registro do Sistema Agrícola do Rio Negro no IPHAN”. Desta Assembléia resultou importante ***Moção sobre a importância do sistema agrícola do Rio Negro***, com assinatura de cento e onze (111) delegados representantes das comunidades indígenas do médio Rio Negro. A Associação Indígena de Barcelos – ASIBA esteve presente à referida Assembléia, manifestando desejo de se incorporar a este processo de Registro. Por meio do Memo nº 0219/09 GI/DPI, de 22 de abril de 2009, a então Gerente de Identificação, Dra. Ana Gita de Oliveira, encaminhou à Diretora do DPI, Dra. Márcia Sant’Anna, a referida moção e informou que o mesmo assunto seria objeto de outra assembléia, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, visando o consentimento prévio e informado das associações e comunidades indígenas daquele município.

Na XV Reunião do Conselho Diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN(13-15 de maio de 2009), sediada em São Gabriel da Cachoeira, foi aprovada a mesma ***Moção sobre a importância do sistema agrícola do Rio Negro***, conforme lista de aprovação anexa ao processo. Estavam presentes à reunião mais de 34 representantes de associações indígenas locais e coordenações regionais da Foirn, além da ACIMRN (Santa Isabel do Rio Negro) e da ASIBA (Barcelos). Esta reunião, realizada no âmbito do projeto de instrução do Processo de Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial/IPHAN em parceria com o Instituto Socioambiental – ISA, mobilizou as associações indígenas locais na sede da FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira. Entre seus objetivos podemos ainda enumerar: o estabelecimento de linhas de orientação visando a organização das ações de salvaguarda do sistema agrícola tradicional do Rio Negro e a instrução do processo de Registro, conforme atesta o Memo/Despacho/GI/DPI nº 071/09, de 20/05/2009.

AQ.

II - O OBJETO DO REGISTRO

O “sistema agrícola tradicional” aqui tratado pode ser entendido como a explicitação das interações (sistema) entre o campo de atividade agrícola e outros domínios da vida social e cultural de grupos sociais. Assim, o sistema agrícola do Rio Negro constitui um sistema aberto, evidenciado por relações que se constroem localmente entre os contextos étnico, espacial e botânico e que incorpora outros elementos em função dos contextos culturais, ecológicos, históricos ou ainda políticos³.

Assim posto, este conceito deve ser entendido como multidimensional e interdisciplinar. Diz respeito à um processo contínuo entre os modos de utilização e de gestão de um território relacionado à técnicas agrícolas; à diversidade de espécies e variedades associadas; à formas de transmissão dos conhecimentos tradicionais associados; à produções culturais, à exemplo dos artefatos e objetos produzidos em palha, cerâmica ou madeira e aos contextos alimentares.

No Rio Negro, entende-se por sistema agrícola, o conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais. Em outros termos, trata-se do complexo de saberes, práticas e relações sociais que atuam no ciclo roças - floresta, e se estendem até os alimentos e seus modos de consumo em diversos domínios da vida social.

Em outros contextos como, por exemplo, o Xingu, onde o cultivo do pequi tem uma relevância cultural forte, ou entre os Sateré-Mawé com o cultivo do guaraná, planta fundadora por excelência da identidade étnica do grupo, a combinação de outros elementos e suas dinâmicas interativas, explicitaria outros sistemas agrícolas locais.

No caso do Rio Negro, a centralidade do sistema está no manejo da mandioca brava e na existência de inúmeras variedades. Seu manejo tem por base um corpo teórico de saberes expresso nos discursos e concretizado nas práticas. As mandiocas são consideradas seres que detém certos atributos similares aos humanos, tais como sentimentos, hierarquia, sociabilidade, coletividade, individualidade. Possuem a faculdade de se comunicar entre si e com as donas da roças. As mulheres “criam

³ A noção de sistema se aplica de fato a todos os bens registrados no patrimônio imaterial mesmo se essa abordagem não é explícita no decreto 3551/2000 (Lima, Londres, Carneiro da Cunha, 2009), comentários Seminário Patrimônio Imaterial e Sistemas Agrícolas, Iphan-IRD, Brasília, 2009.

manivas” segundo certos preceitos morais e se relacionam com elas nas atividades cotidianas da roça. Os processos de nomeação dos vários tipos de mandioca referem-se à animais ou plantas, marcando as diferenças entre as variedades locais. Aquelas que foram introduzidas são nomeadas segundo sua procedência ou características morfológicas.

Na perspectiva do patrimônio cultural, entender “sistema agrícola” significa entender como se imbricam, na agricultura, as dinâmicas de produção e reprodução dos vários domínios da vida social, incluindo-se aí os múltiplos significados que vão se constituindo ao longo das vivências e experiências históricas, orientadoras dos processos de construção de identidades. Os saberes constitutivos dos sistemas agrícolas e as atividades que os caracterizam resultam de processos constantemente re-elaborados, sendo o tempo presente apenas um momento em sua trajetória.

Vale lembrar que o tema “Sistema Agrícola”, com base na mandioca, vem sendo tratado no contexto políticas culturais desde 2003, quando foi apresentado, inicialmente, no *Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural*, evento integrado à Conferência Nacional de Meio Ambiente/MMA. Em 2005, a **Revista do Patrimônio nº 32** foi inteiramente dedicada ao tema como se pode depreender do seu título *Patrimônio Imaterial e Biodiversidade*. Mais recentemente, em 2009, realizou-se o seminário internacional *Patrimônio Cultural e Sistemas Agrícolas Locais*, no âmbito da parceria franco-brasileira, estabelecida pelo Termo de Cooperação Técnica, entre o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento – IRD e o IPHAN, seminário este que teve por objetivo debater, especialmente, duas questões afetas aos sistemas agrícolas locais: 1) quais as metodologias que permitem apreender a complexidade destes sistemas; 2) que instrumentos são passíveis de salvuardá-los. Este seminário teve a participação de especialistas nacionais e internacionais.

Importante mencionar que em 2002/2005, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, por meio do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular, implementou a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, como experiência piloto, na organização e sistematização do conhecimento patrimonial a ser produzido estabelecendo, inicialmente, duas linhas de pesquisa, a saber: a do feijão e a da mandioca. Do trabalho desenvolvido na linha do feijão resultou o reconhecimento do *Ofício das Baianas de Acarajé* como patrimônio cultural do Brasil (2005). Na linha da mandioca, também conhecida como a macaxeira, resultou,

AG

recentemente (julho de 2010), uma solicitação de Registro do *Ofício das Tacacazeiras na região norte* que se encontra ainda em fase de análise pela Coordenação de Registro/DPI. Além disso, produziu-se uma documentação importante sobre a tecnologia patrimonial envolvida no processamento da mandioca, em especial sobre a farinha produzida no Estado do Pará.⁴

Na perspectiva de uma abordagem sistêmica, cabe também considerar o Registro do *modo artesanal de fazer queijo de minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/Alto Paranaíba* (2008). Em Minas Gerais, o queijo artesanal continuou a ser produzido apesar das pressões de modernização de seu processo produtivo e também em razão do isolamento das propriedades produtoras. No âmbito do IPHAN, este foi um trabalho inaugural, por meio do qual natureza e cultura – configuradas no sistema agro-pecuário - foram tratadas como suportes recíprocos antecedendo, assim, no campo das ações de preservação, os elementos apontados pelos estudos do sistema agrícola tradicional do Rio Negro. No contexto das políticas de salvaguarda, esta perspectiva põe novas questões sobre as formas de atuação do Estado e sobre as condições de sustentabilidade das dinâmicas ensejadas no interior de contextos culturais específicos, de modo a garantir a continuidade histórica do patrimônio reconhecido.

Por último, cabe ressaltar que as diversas dimensões reveladas e apresentadas pela pesquisa sobre o sistema agrícola tradicional do Rio Negro como, por exemplo, a delimitação do território de abrangência, das redes sociais, da transmissão dos conhecimentos tradicionais relacionados à melhoria das espécies cultivadas, entre outras dimensões, mostraram, por contraste, as fragilidades dos estudos pontuais e tipificados.

II. 1 - Os contextos étnico e ambiental do Sistema Agrícola

A bacia do rio Negro é formada por um mosaico de paisagens naturais: floresta de terra firme (5), campina (6), vegetação de igapó (7) e chavascal (8) (fonte: Instituto

⁴ A mandioca tratada aqui possui várias denominações, como por exemplo, “doce”, “mansa”, “aipim” ou ainda “macacheira”.

⁵ Ocupa terras não inundáveis, mais altas.

⁶ Caracteriza por floresta baixa, arbustiva, inundável.

⁷ Passa a maior parte do tempo inundada

Socioambiental- ISA). Esta diversidade repercute na vida da população, especialmente, nas atividades de caça, pesca, agricultura, coleta de materiais para fabricação de artefatos e de malocas. Os povos indígenas detêm o conhecimento sobre o manejo florestal, os locais apropriados para cultivar, coletar, pescar e caçar. O saber envolvido no Sistema Agrícola do Rio Negro é estratégico para lidar com as limitações e potencialidades do ecossistema da região, sem degradá-lo. Este sistema está baseado na “agricultura de corte e queima” que consiste na derrubada de uma área de floresta ou capoeira alta, que, em seguida, é deixada para secar e, depois, é queimada. Nessas clareiras são plantadas roças por um período de dois a três anos, quando são gradualmente abandonadas, embora ainda sendo visitadas para a coleta de frutos. Essa agricultura de coivara é destinada ao consumo familiar e venda de produtos em pequena escala. Também, exige a transferência contínua dos cultígenos de uma roça para a roça mais nova. Esse “repasse” se dá na escala individual mas, fazer roça, supõe também estar inserido em uma rede de troca de variedades, fator essencial do caráter dinâmico do sistema. Acontece em condições de baixa pressão demográfica e implica na diferenciação de, no mínimo, três unidades: roças de primeiro ciclo de plantio de mandioca, roças de segundo ciclo com mandioca que serão progressivamente enriquecidas com árvores frutíferas (sistemas agroflorestais) e capoeira. Essa prática de agricultura de queima e pousio é fundamental para este sistema, pois daí advém seu caráter sustentável e de invisibilidade diante do manejo do agronegócio no Brasil, onde a paisagem é marcada por extensas plantações de monocultura.

A mandioca brava é a principal espécie cultivada e sua importância neste sistema não se restringe ao uso do tubérculo, que após detoxificação se tornará comestível. A diversidade das variedades é alvo da atenção das agricultoras, e as redes de troca nas quais se inserem constituem o elemento chave para manutenção da diversidade genética desta espécie. Diante dessa concepção singular de produto agrícola, é notável a grande diversidade de mandioca cultivada nas roças indígenas, revelando um sistema marcado pela produção de variedades de plantas como um valor em si, pois não há relação direta entre o uso de uma variedade de mandioca e determinado produto (farinha, beiju, mingau, caxiri, etc). Nesse sentido, outros valores estão na base deste sistema, que divergem daqueles que marcam a agricultura ocidental. Para esta última, há uma estreita

⁸ Área de vegetação localizada nas margens dos rios e que permanece inundada durante todo o tempo.

relação entre o cultígeno e seu produto e enfatiza-se a busca por sua homogeneização e alta produtividade. Outro aspecto de divergência entre a agricultura ocidental e a elaborada pelos indígenas do rio Negro é que para estes a produção dessa diversidade é um bem coletivo que, necessariamente, deve circular, estar na rede de trocas das etnias envolvidas, enquanto para os outros trata-se de propriedade privada que responde cada vez mais a uma lógica de patentes.

Nessa região, deve ficar claro que o manejo das plantas cultivadas é uma prática feminina, cabendo aos homens o preparo da roça, i. e, a derrubada, queima e limpeza. Os elementos que estruturam este sistema são interdependentes e formam um todo organizado, sendo os mesmos:

Plantas cultivadas. ←

A principal planta cultivada é a mandioca, outras variedades de plantas acompanham a mandioca e, muitas vezes, são selecionadas por serem benéficas ao cultivo desta. Nesse sentido, a presença de uma diversidade de espécies em uma roça é fundamental para o bom desenvolvimento de outras. Além disso, uma variedade ampla de plantas em uma roça é um indicativo de prestígio da agricultora. Para ter essa variedade, a agricultora deve estar inserida em uma rede de transmissão, isto é, de trocas de mudas, onde doadoras e receptoras realizam este trânsito que passa a fazer parte fundamental do melhoramento genético dessas plantas. Nesse contexto, é possível reconstituir a história da planta: de onde veio, para onde irá e por quais processos de melhoramento passou e passa. As roças, também, requerem um cuidado rigoroso das agricultoras, pois critérios estéticos estão implícitos na definição de uma boa agricultora. Entre as imagens que são construídas por uma agricultora faz parte ser generosa, saber trocar e cuidar bem de sua roça.

Espaços. ←

Na região do rio Negro, há uma maneira peculiar de atuar no espaço. As redes de trocas são independentes e passíveis de serem mapeadas, sendo que essas são efetivadas sem ter a sobreposição no plano espacial. Além disso, as agricultoras manejam de forma diferenciada, aproximadamente, dez áreas (vários tipos de roças, copeiras, espaços próximos às casas que abrigam plantas medicinais, árvores frutíferas e plantas condimentares, etc). Nesse contexto, a superfície realmente utilizada é mínima e está

AG-

inserida em uma matriz florestal em vários estágios de regeneração, na base de um ciclo contínuo floresta-roça. Espaços fundamentais nesse sistema são os arredores da casa de forno ou casa de farinha e/ou espaços perto da casa, pois nesses acontece o manejo dessa diversidade agrícola, isto é, a experimentação de novas variedades.

Redes sociais.

A troca entre agricultoras é fundamental na circulação de sementes e de artefatos usados no processamento dos produtos. Como foi mencionado anteriormente (item 1), a elevada diversidade de plantas de uma produtora está relacionada à rede social construída por ela. A circulação de plantas se dá no âmbito familiar, preferencialmente, entre a mãe ou a sogra de uma mulher referencial nesta circulação. Geralmente, essa rede de intercâmbio é formada por 15 a 30 “doadoras” por agricultora.

Cultural material.

O processamento da mandioca em seus vários produtos (farinha, goma, sumo, etc) acontece por etapas, que são realizadas com o uso de vários artefatos e cestarias. Os utensílios usados na transformação da mandioca são fabricados localmente, comprados ou trocados com outras etnias indígenas. Nas casas de forno estão concentrados estes utensílios, diante da diversidade de objetos aí encontrados, é possível perceber a complexidade envolvida no cultivo e processamento da mandioca. Os artefatos e objetos são as engrenagens da produção agrícola e alimentar, nesse sentido, a diversidade de plantas e de alimentos está diretamente ligada aos objetos em jogo na preparação dos alimentos.

Sistemas alimentares.

Na região do rio Negro, a alimentação tradicional é baseada no consumo de peixe e mandioca. Desse modo, os produtos derivados da mandioca figuram como os principais alimentos. A referência como prato típico comum às diferentes etnias é o quinhãpira, caldo de peixe com pimenta, consumida com beijus. Devido à complexidade dos modos de preparo dos derivados da mandioca, que demandam tempo, espaço e um alto consumo de água, nas cidades, estes produtos não são tão consumidos pelas etnias indígenas e são substituídos por outros. O consumo do caxiri, derivado da mandioca e juntamente com outros tubérculos como carás, batatas, aparece na literatura

antropológica como fundamental nas culturas amazônicas. No entanto, nesta região, foi proibido por missionários, passou a ter uma conotação negativa e foi sendo, gradualmente, substituído por outras bebidas alcoólicas industrializadas. Nesses novos contextos, religiosos e em centros urbanos, onde se encontram as etnias indígenas do rio Negro, há modificações nos hábitos alimentares. Mesmo assim, ainda é possível ver as peculiaridades desse sistema alimentar local, construído sobre um amplo conhecimento do meio ambiente, do manejo agro-florestal, da domesticação de numerosas espécies vegetais e da preparação dos alimentos.^{9 10}

Saberes, normas e direitos.

Na região do rio Negro, a atividade agrícola, especialmente, o cuidado com a roça e o manejo de novas variedades é uma atividade feminina. Nesta atividade percebe-se uma habilidade tecnológica, um conhecimento para conservar e produzir uma alta diversidade de plantas, o que permite reconhecer a população local como “melhoristas”. Marca esta região o caráter coletivo da prática agrícola, tanto no que se refere ao acesso à terra quanto às plantas cultivadas. A ampla variedade de plantas aí encontradas provem da importância e do dinamismo das redes de trocas onde circulam mudas e sementes. Relações de sociabilidade definem todo este sistema, entre as agricultoras e suas doadoras de mudas e entre as próprias plantas. Neste contexto social, vigora um sistema de normas centrado em regras de uso coletivo em detrimento de regras de propriedade particular.

Na articulação desses elementos formando o sistema agrícola, dois aspectos surgem como centrais: a produção de uma diversidade de plantas provenientes do processo de seleção-melhoramento feito pelas agricultoras e a necessidade de ter as mudas circulando entre essas mulheres. Essa noção de variedade de plantas é construída localmente, pois resulta da prática agrícola e das opções de seleção do material biológico. Também, está relacionada ao prestígio de determinada agricultora, uma vez

⁹ Caxiri – bebida fermentada obtida, principalmente, da mandioca fermentada. Pode ser feito também de frutas como o abacaxi, a pupunha, entre outras. É a principal bebida nas festas e nos ritos de troca entre parentes afins como, por exemplo, o Dabukurí.

¹⁰ Quinhãpira – alimento básico e presente em todas as famílias e comunidades existentes no Rio Negro e afluentes. Consiste no cozimento do peixe com sal e pimenta sendo consumido com beiju ou farinha de mandioca.



que ter uma grande variedade significa estar inserida em uma ampla rede de troca. Essa circulação repousa sobre um vínculo coletivo de solidariedade, de manutenção de um patrimônio comum e de um compartilhamento de uma identidade entre as pessoas envolvidas e com as plantas.

A organização social das etnias dessa região marca o sistema agrícola que, em geral, se apresenta na forma de grupos de descendência patrilinear, nomeados e exogâmicos. A menor unidade aí encontrada é o sib, formado pelos descendentes de um mesmo ancestral e que se consideram parentes próximos. Na família lingüística Tukano, determinado grupo é composto de vários sibs que não casam entre si, mas estabelecem suas alianças com outros grupos lingüísticos. Portanto, essa etnia, em geral, associa a regra de exogamia aos grupos lingüísticos, assim, as pessoas com as quais se pode casar (de afins) são falantes de outras línguas, o que dá um tom especial ao multilingüismo antes referido. Conseqüentemente, em uma mesma comunidade é possível encontrar pessoas falantes de mais de uma língua indígena. Essas regras que definem a organização social nos revelam o mapa por onde circulam as sementes e mudas. Assim, por exemplo, entre os falantes de Tukano oriental, as normas de constituição das linhagens são baseadas na exogamia lingüística, na virilocalidade e na patrilinearidade. Neste contexto, para a sua primeira roça, a mulher receberá de sua sogra um estoque de estacas de diversas variedades da mandioca, que, em seguida, repassará para seus parentes e aliados da aldeia natal e assim por diante.

II.2 - Breve informação sobre os povos indígenas do Rio Negro

O território de abrangência do sistema agrícola tradicional do Rio Negro se estende aos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Nessa área vivem povos indígenas pertencentes a três famílias lingüísticas (Aruak, Maku e Tukano). Ao todo são mais de 22 etnias que, apesar do multilingüismo e especificações culturais, apresentam formas comuns de transmissão e circulação de saberes, práticas e produtos. Por conseguinte, nessa região articulam-se redes de trocas passíveis de serem identificadas por meio da cultura material, organização social e cosmovisão comuns aos grupos envolvidos.

	Grupos Étnicos/Lingüísticos
--	-----------------------------

ag.



Família Lingüística	
Tukano Oriental (Tukano)	Tukano Desana Kubeo Kotiria Tuyuka Pira-tapuya Miriti-tapuya Arapaso Karapanã Bará Siriano Makuna Barasana
Aruak	Baniwa Kuripako Baré Warekena Tariana
Maku	Hupda Yuhupde Dow Nadöb

Fonte: ISA

Dados do Instituto Socioambiental - ISA informam que, no alto rio Negro, há oito Terras Indígenas – cinco homologadas e contíguas, duas a identificar e uma em identificação – localizadas nos municípios amazonenses de São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Santa Isabel do Rio Negro. As pesquisas desenvolvidas sobre o Sistema Agrícola do rio Negro ocorreram nas vilas de Tapereira, Espírito Santo e Santa Isabel do Rio Negro. As comunidades aí encontradas caracterizam-se por sua intensa

AG



mobilidade acarretada por motivos econômicos (o extrativismo, a pesca e os empregos temporários nas cidades) e pela ampla rede de laços de amizade e familiares que se estendem ao longo do rio, principal via de comunicação na região.

II- 3 As Ações de Salvaguarda

As ações de salvaguarda podem ser agrupadas em algumas linhas de trabalho ou componentes como, por exemplo, aquelas relacionadas às “demandas locais” explicitadas pelos detentores preocupados com a perda dos valores culturais e simbólicos associados ao sistema agrícola, principalmente, os mitos e ritos associados às práticas de benzimento, dos resguardos e dos Dabucuris (ritual de trocas realizado entre as distintas etnias da região). Conforme mencionado no Dossiê de Registro “estes aspectos estão estreitamente relacionados às dificuldades mencionadas pelos pais de transmitir seus saberes aos filhos, principalmente, no ambiente urbano e onde não existem escolas indígenas diferenciadas como é o caso de Santa Isabel e Barcelos.” (Dossiê de Registro – 2010:160)

Assim, há um reconhecimento geral de que a vulnerabilidade deste bem reside na cadeia de transmissão dos saberes. Neste sentido, as linhas de “valorização cultural” e de “pesquisa/documentação” têm por objetivos destacar e dar visibilidade a essa agricultura local junto às próprias populações indígenas. Esta ação pretende mobilizar pesquisadores indígenas, urbanos e das comunidades, para o trabalho de pesquisa sobre o futuro do sistema agrícola regional, criando condições sustentáveis que garantam a existência de mecanismos de transmissão dos conhecimentos tradicionais associados. A par disso, visam a ampliação do número de comunidades a serem estudadas por pesquisadores indígenas, fortalecendo os processos das pesquisas interculturais.

Questões apontadas pelas comunidades indígenas de Santa Isabel do Rio Negro ressaltaram a precariedade da alimentação no que diz respeito ao peixe, às condições de trabalho na roça e ao transporte dos produtos. Estas dificuldades estão também relacionadas à forma pela qual as políticas agrárias são implementadas, na maior parte dos casos, desconhecendo totalmente os conhecimentos e as formas locais de organização da produção. Estas preocupações evidenciaram interfaces importantes entre os saberes agrônômicos e aqueles tecnológicos mostrando a grande distância conceitual entre eles.

AG.



Outras ações de salvaguarda mencionadas no Dossiê prevêm articulações entre políticas setoriais do governo, a exemplo da Secretaria de Educação dos municípios e estado, visando à inclusão do sistema agrícola, como tema, na grade curricular das escolas. Aqui, vale mencionar a discussão sobre modelos político-pedagógicos das escolas diferenciadas, à exemplo do que já acontece na região do Alto Rio Negro. Em âmbito federal tais articulações deverão se dar com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Ministério da Cultura, entre outros.

Há que se observar ainda a proposta para realização de uma consulta regional sobre as demandas referentes ao sistema agrícola considerando temas prioritários, já identificados durante a pesquisa do PACTA, como por exemplo: o desenvolvimento de uma agricultura periurbana e sua interface com o sistema agrícola tradicional; a necessidade de mecanismos reguladores de preços; produtos e apoios técnico e econômico diferenciados para aumento da renda familiar e redução do êxodo para a cidade; as limitações ecológicas do atual sistema em termos de terras disponíveis e regeneração florestal; transmissão dos conhecimentos; valorização dos serviços fitogenéticos e ambientais prestados pela população indígena; modelos de comercialização; entre outras.

III – JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DO REGISTRO

O Sistema Agrícola do rio Negro, enquanto um conjunto de saberes, identifica os grupos envolvidos e está sobreposto a outras práticas culturais e sociais. A instrução deste processo mostra o enraizamento destes saberes nos momentos ordinários e extraordinários da vida social dos povos indígenas do Rio Negro. Da mesma forma, revela como esta atividade, essencialmente, feminina extrapola e abarca outras pessoas da comunidade criando e organizando redes sociais e de parentesco. Outro fator importante está na discussão sobre a dinâmica das regras de parentesco e de outras esferas da organização social destas etnias. As práticas agrícolas envolvidas neste sistema possibilitam a manutenção e renovação da diversidade genética, o que mostra uma outra lógica de compartilhamento de conhecimento. Nesse contexto, esta solicitação de Registro pretende salvaguardar os saberes que tratam do manejo dos espaços agrícolas de baixo impacto da região do rio Negro, da produção de variedades

AG.



da mandioca, da fabricação de produtos oriundos desta planta, da cultura material envolvida na produção desses produtos e das normas sociais envolvidas na transmissão de mudas e de conhecimentos tradicionais associados.

Segundo L. Emperaire “Vários elementos interligados conferem ao sistema agrícola do Rio Negro seu caráter singular. Primeiramente a agricultura, o preparo dos alimentos e, obviamente, seu consumo, mobilizam práticas e saberes do interesse de todos e sua aprendizagem faz parte da plena realização do indivíduo. (...) A prática agrícola, apesar de existirem pequenas diferenças, não dá suporte a uma afirmação étnica específica. (...) A atividade agrícola é compartilhada por todos no contexto das comunidades e sítios como no contexto urbano. No entanto, parte das novas gerações, às vezes com o incentivo de seus ascendentes, não se identifica mais com essa atividade, deseja um modelo de vida mais urbano e apresenta baixa adesão aos valores embutidos nas atividades agrícolas.” (Emperaire. L – Dossiê de Registro – 2010).

Os povos indígenas dessa região vivem mudanças importantes na alimentação com a introdução de produtos de “fora” como açúcar, arroz, frango congelado, café, charque, etc. Essas mudanças na alimentação assim como nos utensílios de cozinha não são vistas como uma interrupção das práticas vinculadas ao sistema agrícola, mas fazem parte do processo de transformação e complementação, conforme comunicação das pessoas que vivenciam este bem cultural. No entanto, há uma grande preocupação com a desvalorização crescente dos saberes tradicionais e de suas práticas, com resultados nefastos evidenciados pelo desaparecimento de algumas variedades de mandioca e pela simplificação das formas de manejo do território.

A proposta de Registro do sistema agrícola, elaborada pelos povos indígenas do Rio Negro, tem como efeito imediato o reconhecimento de sua natureza singular frente à outros sistemas agrícolas desenvolvidos em outros contextos sociais. Sua especificidade inclui variações que dependem tanto das dinâmicas internas e de suas formas de adaptabilidade quanto dos fatores exógenos que possam ameaçar sua sustentabilidade em termos da segurança alimentar, da valorização da diversidade cultural, da conservação da biodiversidade e serviços ambientais, dos direitos intelectuais e do desenvolvimento econômico. Além disso, a discussão deve ir além da performance puramente produtiva. Deve ser sensível aos diversos domínios da vida social, nas distintas formas pelas quais são atribuídos valores aos recursos e suas dinâmicas no interior dos contextos culturais específicos.

AQ



Por tudo o que foi exposto, fica claro que o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro constitui uma referência cultural presente e organizadora dos povos indígenas existentes em toda a calha do Rio Negro e bacias hidrográficas tributárias. Cabe ressaltar o papel protagonista da ACIMRN que representa as comunidades indígenas do município de Santa Isabel do Rio Negro (Tapuruquara), território onde se desenvolveu a pesquisa e onde a proposta de reconhecimento como patrimônio cultural, pelo IPHAN, teve acolhimento e consequência. Assim, ao tempo em que recomendo a inscrição do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Livro de Registro dos Saberes do IPHAN, criado pelo Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000, dou ciência deste parecer à Coordenação de Registro/DPI.

S.M.J é este o nosso parecer.

Brasília, 12 de julho de 2010

Ana Gita de Oliveira

Ana Gita de Oliveira

Coordenadora Geral de Identificação e Registro DPI/IPHAN

De Acordo.

*A Direção do IPHAN,
para elar e de-
man prouicências.*

Em: 29/07/10

Márcia Sant'Anna

Márcia Sant'Anna
Diretora
DPI/IPHAN